



APROPUCC

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUC-CAMPINAS

Junho/2017 | www.apropucc.org.br | apropucc@apropucc.org.br | [f apropucc](https://www.facebook.com/apropucc)

EDITORIAL

Os desafios dos professores diante dos cenários político e econômico

Arquivo Pessoal



No final do ano passado a Apropucc elaborou um projeto prevendo a realização de palestras, aulas públicas e debates para o ano de 2017, com temas relacionados à conjuntura brasileira atual.

Esse projeto, que já vinha sendo pensado, foi elaborado também em função da solicitação de professores e estudantes que sentiram necessidade de discutir esses temas, no entendimento da complexidade e da gravidade da situação nacional que a todos nos afeta e de que é papel da Universidade debater os acontecimentos políticos, econômicos e sociais para compreender melhor o momento histórico pelo qual o país passa.

Entendemos que a capacitação profissional de excelência e formação integral da pessoa humana passa pelo debate. Nesse sentido, a Apropucc, através das aulas públicas e palestras que tem promovido, bem como as que já está promovendo para o segundo semestre, contribui de forma importante para o alcance desses objetivos. Contribui também, mesmo que modestamente, com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Colaboramos, junto a outras entidades civis, sindicais e políticas, com o necessário debate sobre o cenário nacional e também com ações que visam informar as comunidades interna e externa, a partir de uma perspectiva e reflexão comprometidas com a solidariedade e a justiça sobre os acontecimentos. Com o movimento estudantil em formação na Universidade, pudemos apoiar sua já não tão frágil organização e fazer acontecer a Greve Geral, dia 28/04, em consonância com a posição de respeitáveis entidades civis, religiosas e da magistratura como a ANFIP (Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), entre outras.

Estamos terminando mais um semestre difícil, cansativo e com enormes incertezas do ponto de vista social, político e econômico. Teremos um segundo semestre com muitas expectativas de mudanças, também no âmbito interno da Universidade, visando os próximos anos.

A Apropucc continuará acompanhando as conjunturas interna e externa à Universidade e propondo discussões, debates e a unidade na luta em defesa da educação democrática e dos nossos direitos. Além de manter um canal democrático de comunicação com os professores.

Ednilson José Arendit - Presidente da Apropucc

Aulas Públicas lançam olhar sobre conjuntura nacional e a docência

No ano passado a diretoria da Apropucc discutiu, após reunião e sugestões de docentes da Universidade, um plano de ações que integrem e promovam a reflexão sobre a docência e a conjuntura nacional.

Para atender a essa demanda, firmamos uma parceria com o CES (Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho), que é especialista na formação da consciência política da classe trabalhadora na luta por uma sociedade justa e igualitária. Desta parceria surgiu um calendário de atividades que inclui aulas públicas, debates, palestras e o fortalecimento de mobilizações e ações lideradas pela comunidade universitária da PUC-Campinas.

Todos os encontros são gratuitos e abertos. É importante que os professores levem seus alunos. Confira a agenda de Aulas Públicas do 2º semestre.

4ª Aula Pública: Saúde do Trabalhador

Data: 30/08 (quarta-feira), das 11h às 13h15

5ª Aula Pública: O papel da Juventude na conjuntura atual

Data: 12/09 (terça-feira), das 19h às 22h35

6ª Aula Pública: Política e Religião

Data: 18/10 (quarta-feira), das 18h às 22h35

CAMPANHA SALARIAL 2017

ENSINO SUPERIOR TEM ACORDO COLETIVO FECHADO!

Os professores do Ensino Superior iniciamos a Campanha Salarial com duas metas principais: acordo de dois anos e aumento real. A jornada foi dura, mas a resistência da categoria foi fundamental!

Após meses de tentativas com uma classe patronal intransigente, nossa Federação conseguiu a reposição da inflação de 4,52%, com apenas 0,23% de ganho real. No entanto, nossa resistência levou à manutenção de mais de 50 cláusulas do nosso Acordo Coletivo – como garantia semestral de salários, duração da hora-aula, férias, recesso, licença paternidade e outras – por dois anos.

Agora, como as cláusulas sociais estão garantidas e não precisarão ser negociadas, a pauta econômica será negociada no ano que vem com mais força e unidade.

9º Congresso do Sinpro Campinas e Região discutiu plano de lutas e valorização dos professores

O 9º Congresso do Sinpro Campinas e Região, intitulado "Reforma, Resistência e Valorização dos Professores", reuniu cerca de 100 delegados para debater e avaliar os últimos três anos de gestão do sindicato, aprimorar o trabalho da entidade e elaborar um Plano de Lutas, o qual aponta os caminhos a serem trilhados no próximo triênio.

De forma inédita, a Apropucc conseguiu eleger 15 docentes da PUC-Campinas como delegados/as ao congresso realizado nos dias 2 e 3 de junho.

Em tempos de ataques à legislação trabalhista e à autonomia dos docentes, através de legislações como a Lei da Terceirização e da "Mordaça", é imprescindível refletirmos sobre a formação da consciência de classe e os próximos passos da nossa organização.

Professores e estudantes aderem à Greve Geral em defesa da Educação e contra as reformas

Professores, estudantes e funcionários da PUC-Campinas deram uma linda demonstração de unidade e coragem ao aderirem à Greve Geral no dia 28 de abril.

O Campus I ficou praticamente vazio e vários cursos do Campus II paralisaram suas atividades para defender a Educação Pública, lutar por uma nova política econômica e contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

O ponto de encontro dos manifestantes da PUC-Campinas foi em frente do histórico Pátio dos Leões, de onde saíram em passeata para se integrar ao ato conjunto no Largo do Rosário.

A Apropucc tem orgulho de fazer parte dessa história de luta e valoriza o resgate do movimento estudantil da Universidade.



Nayara Fernandes Tobaru



Fotos: Fernanda de Freitas



Desde o #OcupaBrasília, palco de enfrentamento e resistência, trabalhadores seguem firmes na luta

O #OcupaBrasília reuniu mais de 150 mil trabalhadores e trabalhadoras do país inteiro contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária, pela saída de Michel Temer (PMDB) da presidência da República e pela realização de eleições diretas.

No dia 24/05, uma multidão de manifestantes marchou do Estádio Mané Garrincha até o Congresso Nacional para demonstrar aos parlamentares sua insatisfação com os ataques aos direitos do povo brasileiro.

A organização do #OcupaBrasília foi fruto da luta da classe trabalhadora que a vem construindo desde o Dia Nacional de Paralisações e Lutas, em 15/03, passou pelo Dia Nacional de Mobilização, em 31/03 e se fortaleceu com a construção da Greve Geral, em 28/04. Até tomar Brasília, a classe trabalhadora foi às ruas em muitos atos, protestos, mobilizações e debates que fortaleceram e intensificaram as ações contra a política de destruição dos direitos trabalhistas e da aposentadoria.

Um protesto pacífico foi brutalmente interrompido por cenas isoladas de violência e ganhou ares de repressão dignas da ditadura, quando Temer decidiu convocar as Forças Armadas “para assegurar que os prédios fossem mantidos incólumes”, enquanto dezenas de manifestantes foram feridos na repressão.

Repúdio à violência

A diretoria da Apropucc entende que a convocação do Exército para intervir contra cidadãos é a confirmação de que Temer vê o povo brasileiro como inimigo que deve ser reprimido por não aceitar seu projeto antipopular. Essa atitude antidemocrática demonstra, ainda, o despreparo e



Fotos: Jornalistas Livres

falta de compromisso do “chefe da nação” com as pautas sociais e necessidades dos mais pobres. Por tudo isso, expressamos todo apoio ao #ForaTemer e #DiretasPorDireitos!

Próxima Greve Geral

O próximo passo é a construção da Greve Geral convocada pelas centrais sindicais para o dia 30 deste mês. Para preparar a greve está prevista uma jornada de manifestações no dia 20.



Com a reforma, **acesso do trabalhador à Justiça** preocupa o juiz Souto Maior

O **Jornal da Apropucc** entrevistou o professor da Faculdade de Direito da USP e Juiz do Trabalho, **Jorge Luiz Souto Maior**, que falou sobre a aprovação da Lei da Terceirização e a proposta de Reforma Trabalhista que tramita no Senado Federal.

No dia 22 de maio, Souto Maior esteve na PUC-Campinas apresentando uma abordagem detalhada do ponto de vista jurídico, histórico e político dos impactos das reformas no cotidiano do trabalhador brasileiro. Na palestra intitulada **“Os Impactos da Reforma Trabalhista e da Terceirização no Mundo do Trabalho”**, proferida aos professores, estudantes, advogados, sindicalistas e sociedade civil, o juiz explicou que essas medidas representam o desmonte dos direitos trabalhistas.

Sem dúvida, Souto Maior é um dos juristas mais importantes no Brasil na área, com grande destaque por sua atuação firme na defesa dos direitos sociais e trabalhistas e à frente da 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí.

O evento foi organizado pela Apropucc e o Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho.



Fabiana Ribeiro

Souto Maior, durante palestra que discutiu a política de retrocessos do governo Temer, disse que “na essência, o Direito do Trabalho fixa a proteção jurídica mínima aos trabalhadores, sempre em direção progressiva”.

Reforma Trabalhista

As Reformas Trabalhista e Previdenciária e a aprovação da Terceirização demonstram um rompimento da construção histórica de direitos conquistados pelos trabalhadores?

Jorge Luiz Souto Maior: Uma resposta a essa pergunta merece uma tese, pois há explicações múltiplas para o desencadeamento desse processo e vários são os seus efeitos, se levado a termo.

Resumidamente, pode-se dizer que a Constituição de 1988 foi um hiato na história jurídica trabalhista no Brasil, pois além de ampliar os direitos trabalhistas ainda os integrou ao Capítulo dos Direitos Fundamentais.

Desde então o que a classe dominante empresarial tenta fazer é destruir a Constituição por diversas formas: pela interpretação, pela proposição de Emendas Constitucionais e pelo desprezo puro e simples.

Ocorre que a jurisprudência e a doutrina trabalhista não sucumbiram a esse propósito e conseguiram tanto manter, em muitos aspectos, a eficácia constitucional.

O processo político desencadeado pelo desgaste dos governos petistas abriu espaço para a oportunidade de uma quebra institucional profunda, tendo como prioridade, na perspectiva

da classe empresarial, amparada pela grande mídia, é superar o projeto de Estado Social fixado na Constituição, o que se vê favorecido pelo avanço conservador em todo o mundo, sendo que muito do que se passa na realidade brasileira se explica pelos interesses do capital estrangeiro que se realiza no Brasil.

As consequências disso podem ser trágicas, pois em um país de capitalismo dependente o Estado Social é forma mínima de preservação da riqueza produzida, dentro do contexto de projeto de país.

Nos termos em que se apresenta a Reforma Trabalhista, como fica a segurança jurídica dos trabalhadores?

A segurança jurídica dos trabalhadores nunca foi garantida no Brasil. Basta ver que praticamente todos os reclamantes na Justiça do Trabalho são desempregados. Ou seja, os trabalhadores não possuem mecanismos para exigir o cumprimento de seus direitos no momento em que as agressões se realizam. Só depois de perderem o emprego é que tentam reaver um pouco do que foi perdido.

Com a “reforma”, que não é uma reforma, é uma destruição quase integral do Direito do Trabalho o trabalhador não conseguirá nem mesmo se valer da Justiça do Trabalho para reaver os direitos que ainda restarem, pois a “reforma” criar diversos mecanismos para evitar o acesso à justiça, como forma de garantir eficácia ao projeto de destruição, sufocando e emudecendo a Justiça do Trabalho.

Terceirização

Sob a ótica do direito do trabalho, como devemos interpretar a flexibilização da legislação trabalhista?

Flexibilização é eufemismo para perda de direitos.

.....
“O que se precisa fazer no Brasil é cumprir o pacto formalizado na Constituinte de 1987, que teve intensa participação popular, garantindo proteção contra dispensa arbitrária, liberdade sindical e amplo exercício do direito de greve, ao mesmo tempo em que se atribua uma função social à propriedade, um valor social à iniciativa privada e um desenvolvimento da economia sob os ditames da justiça social. Precisamos de uma mudança de mentalidade em torno da essencialidade dos direitos sociais, o que nunca se deu entre nós.”

Com a aprovação da terceirização ampla e irrestrita, quais são as consequências mais graves para os trabalhadores? E que tipo de sociedade teremos com a consolidação dessa prática?

Insegurança total e reificação despidorada dos trabalhadores.

Viveremos a sociedade do salve-se quem puder, mas poucos ou ninguém poderá, até que se chegue ao estágio da guerra civil ou da barbárie.

Os concursos públicos estarão ameaçados devido às “liberdades” de contratação previstas pela lei de terceirização?

Não estão ameaçados apenas os concursos públicos. O que está sob a ameaça são os serviços públicos como um todo. O que se pretende, repito, é desconstrução do pouco que se conseguiu construir de Estado Social no Brasil.

Quais as formas de enfrentamento possíveis para os movimentos (sociais, sindicais e estudantis) e a sociedade civil organizada?

Não tenho a legitimidade para dizer como os movimentos sociais, sindicais e estudantis devem agir.

Do ponto de vista jurídico, posso dizer que a resistência será intensa, pois há muito mais no Direito que a mera vontade dos dominantes, sobretudo quando estes utilizam o seu poder para uma atuação legislativa voltada apenas aos seus interesses particulares e mesquinhos.



Fabiana Ribeiro

A sala lotada reflete o interesse na discussão sobre o que está por trás da “flexibilização” dos nossos direitos imposta pela Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização

A palestra “Os Impactos da Reforma Trabalhista e da Terceirização no Mundo do Trabalho”, proferida por Souto Maior, está disponível na íntegra no site e Youtube da Apropucc (www.apropucc.org).

Palavra do Professor

O FAZER-SE DO GÊNERO QUE (RE) CONSTRÓI A POLÍTICA

Prof^a Stela Cristina de Godoi

Professora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas; Graduada em Ciências Econômicas pela Unesp; Doutora em Sociologia do Trabalho pela Unicamp; Membro do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (Gestão 2017-2019)



Carolina Cristina Mantovani Ferreira

Em meio a uma colossal crise política e institucional, o governo Temer vem aprovando um pacote de reformas que destroem direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. A face oculta dessas reformas é a feição plutocrática e misógina da democracia brasileira, governada pelos interesses econômicos das frações mais ricas do empresariado de sotaque brasileiro.

Com a reforma trabalhista as diferentes modalidades de emprego precarizado, que já existiam de forma perene na sociedade brasileira, agora são incorporadas de modo permanente nas próprias leis jurídicas do Estado. O Estado do “mal-estar social” encontrou sua coroação com a regulamentação do contrato de trabalho intermitente e do trabalho remoto, com a redução do tempo de almoço de 1 hora para 30 minutos, com a negociação direta das condições de trabalho com o empregador, com o aumento do tempo de contribuição para a aposentadoria, com a maior permissividade “negociada” de condições de trabalho insalubres para gestantes e lactantes.

Todas essas mudanças, somada à terceirização irrestrita do trabalho, em atividades-meio e atividades-fim, sacrificam ainda mais as mulheres. As mulheres trabalham cerca de 20 horas a mais por semana, em trabalhos domésticos não-pagos, do que os homens. São as mulheres

que majoritariamente cuidam das crianças, dos idosos e dos doentes no âmbito da família. São as mulheres que, mesmo quando têm maior escolaridade, ganham cerca de 30% menos que os homens. São as mulheres periféricas e negras que ocupam a maior parte dos postos terceirizados, desenvolvendo as atividades mais pesadas e multifuncionais.

Assim, a Terceirização irrestrita, a atual Reforma Trabalhista e a proposta de Reforma da Previdência desconsideram a questão das desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Tentam, através do recurso da negação sistemática e ideológica do problema da desigualdade de gênero, tornar as mulheres trabalhadoras, dentro e fora do espaço privado, categorias sociais invisíveis. O patriarcado-racismo-capitalismo é um sistema de exploração-dominância articulado que precisa ser enfrentado do mesmo modo.

A força de mudança tem que vir do sujeito que é capaz de exercer uma ação desestabilizadora nas relações de gênero que subalternizam as mulheres. Enxergar a dinâmica presente nas franjas dos discursos hegemônicos é o primeiro passo para que a política misógina, que constituiu a correlação entre trabalho-cidadania-masculinidade, seja agora reconstruída pelo gênero, por meio da luta das mulheres pela preservação e expansão de seus direitos civis, políticos e sociais.

Professores e estudantes discutem ameaças à Previdência Social



Caue Nunes

“As mudanças propostas pela Reforma da Previdência” foi o tema da Aula Pública ministrada pelo doutor em Ciências Sociais, economista e professor do CEA, Ednilson José Arendit.

Docentes e estudantes lotaram a sala no Campus II da PUC-Campinas para ouvir explicações e também debater como a reforma pode piorar a vida dos professores e dos jovens, além de destruir a perspectiva pública do atual sistema previdenciário.

Para o professor Arendit, que também é presidente da Apropucc, a crise política e econômica pela qual passa o Brasil se agrava cotidianamente e afeta diretamente a classe trabalhadora mais pobre e a classe média, que sofrem com as medidas de ajustes que o governo tem imposto. “A Reforma da Previdência acaba com os direitos sociais consagrados para beneficiar os banqueiros e o empresariado, únicos interessados nesses ataques. Por isso, precisamos colocar em nossa pauta de discussão a manipulação dos cálculos do governo que aponta para um falso déficit previdenciário, de forma a conscientizar a população sobre essas manobras”, explicou.

A aula pública organizada pela Apropucc, em parceria com o CES (Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho), apontou para a necessidade dos trabalhadores e a juventude reagirem com urgência para impedir que os parlamentares deem continuidade ao desmonte da Previdência Social e a retirada de direitos fundamentais.

Palestra organizada pelas entidades

Uma palestra sobre o mesmo tema também foi ministrada aos sindicalistas, advogados, professores, estudantes e público em geral em parceria com o CES, SEAAC e Sinpro Campinas, no começo de abril. A atividade foi realizada no auditório do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e debateu também ações de mobilização para os movimentos sindicais.

Apropucc planeja lançar novas ferramentas de comunicação

Em breve a Apropucc lançará novas plataformas de comunicação para estreitar o relacionamento com os professores da PUC-Campinas. Entre as iniciativas estão a criação de um aplicativo para smartphone, a produção de vídeos e transmissão online de atividades (TV Apropucc), além da divulgação de conteúdo via lista de transmissão do WhatsApp.

A Apropucc continuará investindo no diálogo com a comunidade acadêmica, em especial, os professores, através da sua “página” no Facebook (facebook.com/apropucc) e do seu site (www.apropucc.org.br).

A Apropucc está crescendo e o número de ações políticas, sindicais e de demandas também cresce... Por essa razão, é fundamental que as informações estejam acessíveis a todos e que elas estimulem a unidade e fortalecimento da categoria.

Desta forma, a intenção da diretoria é estabelecer uma experiência de comunicação inovadora, comprometida com o interesse da categoria e centrada na democratização da comunicação, na promoção da igualdade e na construção diária da cidadania e da democracia. Para isso, vamos investir em conteúdos analíticos, críticos e que estimulem a reflexão sobre os fatos e políticas públicas que afetem os docentes.

Artigos publicados não representam a posição da Apropucc e suas informações são de total responsabilidade dos autores.